

Do Heartland à Ilha das Américas

Um Ensaio sobre as Teorias Clássicas da Geopolítica e a Reconfiguração do Poder Global no Século XXI

Por Edilson Osorio Jr.
Março/2025

Abstract

Este artigo examina um cenário hipotético em que os Estados Unidos, sob a liderança de Trump, se retiram da OTAN e reduzem seu apoio à Europa, permitindo assim uma conquista russa da Ucrânia e a subsequente expansão da influência de Moscou sobre a Eurásia, enquanto os EUA consolidam seu domínio sobre a América do Sul. Com base em teorias geopolíticas clássicas — especificamente as de Halford Mackinder, Alfred Thayer Mahan, Rudolf Kjellén e Friedrich Ratzel — o estudo analisa como esses referenciais podem elucidar a evolução das dinâmicas de poder e ambições territoriais em uma ordem global reconfigurada. A discussão ressalta a noção de Heartland eurasiático de Mackinder e sua importância estratégica, a ênfase de Mahan sobre o poder marítimo e o controle de rotas estratégicas, a visão de Kjellén do Estado como um organismo em expansão, e o conceito de Lebensraum de Ratzel como justificativa para a expansão territorial. O artigo também explora desenvolvimentos contemporâneos, como o acordo econômico EUA–Ucrânia e as ambições territoriais explícitas de Trump envolvendo a Groenlândia e o Canadá, à luz dessas teorias. Ao confrontar conceitos geopolíticos tradicionais com as relações internacionais atuais, o estudo busca esclarecer as possíveis implicações de tais mudanças para a estabilidade regional, a segurança global e o equilíbrio de poder, especialmente em relação às práticas neocoloniais emergentes na América Latina.

Introdução

Nos últimos anos, a dinâmica geopolítica envolvendo Estados Unidos, Rússia e Ucrânia tem despertado análises sob diferentes prismas teóricos. Este artigo examina os eventos recentes – **pressupondo um cenário em que Donald Trump retire os EUA da OTAN e reduza o apoio à Europa, permitindo uma conquista russa da Ucrânia e a expansão da influência**

de Moscou sobre a Eurásia, enquanto os EUA consolidam seu domínio sobre a América do Sul – à luz de teorias clássicas da geopolítica. Tomam-se como referenciais as ideias de **Halford Mackinder, Alfred Thayer Mahan, Rudolf Kjellén e Friedrich Ratzel**. A proposta é avaliar imparcialmente como cada teoria pode elucidar os desdobramentos desse cenário hipotético, relacionando a expansão territorial russa na Eurásia e a retração estratégica dos EUA ao hemisfério ocidental.

Inicialmente, delinearemos a concepção de Mackinder sobre o *Heartland* (território central eurasiático) e o papel crucial da Europa Oriental e Ucrânia na busca pelo domínio global. Em seguida, discutiremos as ideias de Mahan relativas ao poder marítimo e ao controle de rotas estratégicas, considerando os impactos na balança de poder naval entre EUA, Rússia e outras potências marítimas como Reino Unido e Japão. Posteriormente, examinaremos a teoria orgânica do Estado de Kjellén, interpretando a estratégia expansionista russa como reflexo de um organismo estatal em busca de *espaço vital*. Na mesma linha, será explorado o conceito de “**Lebensraum**” de Ratzel e como a Rússia poderia justificar a expansão territorial com base em recursos e território. Por fim, o artigo conecta essas teorias ao contexto político atual, analisando as **negociações diretas entre Washington e Moscou** (à revelia da Ucrânia e Europa), a política dos EUA em relação a regimes autoritários latino-americanos e a noção de uma divisão hemisférica de poder – a “*Ilha das Américas*” sob hegemonia norte-americana versus a Eurásia dominada pela Rússia. Considera-se, por último, a possibilidade de que tal arranjo geopolítico fomente o fortalecimento de governos autoritários globalmente, em vez de contê-los, alterando os paradigmas da ordem mundial liberal.

O Heartland de Mackinder: Ucrânia, Eurásia e Domínio Global

Halford J. Mackinder, geógrafo britânico e pioneiro da geopolítica, propôs no início do século XX a célebre **Teoria do Heartland**. Mackinder dividiu o mundo em zonas geoestratégicas e identificou o *Heartland* – a massa continental central da Eurásia – como o “pivô geográfico da história” [5]. Sua máxima mais famosa sintetiza essa visão: “*quem governa a Europa Oriental comanda o Heartland; quem governa o Heartland comanda a Ilha-Mundo; quem governa a Ilha-Mundo comanda o mundo*” [5]. **Europa Oriental** e, em particular, a região da atual Ucrânia, ocupam papel chave nessa fórmula. Isso porque, para Mackinder, a Europa Oriental funciona como **porta de entrada para o Heartland**, fornecendo acesso a recursos e posição estratégica para projeção de poder continental [5].

Aplicando essa teoria ao nosso cenário, a **conquista da Ucrânia e países do leste europeu pela Rússia** teria profundas implicações geopolíticas. Do ponto de vista mackinderiano, tal conquista **fortaleceria enormemente a posição russa no Heartland**, agregando *manpower* (população) e recursos industriais e agrícolas da Ucrânia à sua base de poder [5]. De fato,

Mackinder argumentava que o controle do Heartland conferia vantagens geoestratégicas formidáveis – um vasto “forte natural” terrestre protegido de invasões navais e rico em recursos de trigo, minérios e combustíveis [5]. Assim, se Moscou lograsse incorporar a Ucrânia (conhecida por seu solo fértil e produção de grãos, além de reservas minerais) e estender sua influência sobre a Europa Oriental, **a Rússia consolidaria o Heartland sob seu domínio direto**. Nesse contexto, a ausência dos EUA (retirados da OTAN e menos engajados na Europa) removeria um importante obstáculo ao predomínio russo na região.

Com **a Eurásia central e oriental sob influência russa**, poder-se-ia caminhar rumo à realização do *pesadelo geopolítico* descrito por Mackinder para as potências marítimas ocidentais: uma potência continental hegemônica capaz de projetar poder tanto para a Europa quanto para a Ásia. O próprio Mackinder alertava que, se uma potência do Heartland obtivesse acesso adicional ao litoral oceânico – ou seja, combinasse poder terrestre com **frente marítima significativa** – constituiria um “perigo” à liberdade mundial [5]. No caso considerado, além de avançar sobre a Europa Oriental, a Rússia já possuiria saídas marítimas estratégicas (por exemplo, no Mar Negro, via Crimeia, e no Báltico, via Kaliningrado ou Estados bálticos se os influenciasse). Dessa forma, o domínio da Ucrânia **reforçaria a posição russa no Mar Negro** e facilitaria projeção para o Mediterrâneo oriental, ampliando sua *frente oceânica*. Sob a ótica mackinderiana, isso potencialmente transformaria a Rússia na potência dominante da “Ilha Mundo” (a massa conjunta da Europa, Ásia e África), desequilibrando a ordem geopolítica global [5]

Vale notar que, historicamente, a doutrina de Mackinder influenciou estratégias de contenção: tanto no período entre-guerras quanto na Guerra Fria, buscou-se evitar que uma única potência controlasse o Heartland e a Europa Oriental. A OTAN, por exemplo, pode ser vista como um instrumento para **impedir o avanço soviético/russo na Europa**, alinhado ao imperativo de Mackinder de “**conter o Heartland**”. Logo, se os EUA abandonassem tal papel – saindo da OTAN e aceitando tacitamente a esfera de influência russa na Eurásia – estaríamos assistindo a uma inversão dos princípios que guiaram a política ocidental por décadas. *Em suma, sob a teoria de Mackinder, a conquista russa da Ucrânia e além representaria a chave para a Rússia comandar o Heartland e, potencialmente, desafiar a hegemonia global*, especialmente em um cenário em que os EUA se autorrestringam ao Hemisfério Ocidental.

O Poder Marítimo de Mahan e a Balança Naval entre Ocidente e Oriente

Enquanto Mackinder enfatizava o poder terrestre continental, **Alfred Thayer Mahan**, estrategista naval norte-americano do século XIX, destacou o papel crucial do **poder marítimo** no domínio global. Em sua obra *The Influence of Sea Power upon History* (1890), Mahan

estudou o exemplo do Império Britânico e concluiu que o **controle dos mares pavimentou o caminho para a supremacia britânica** como potência mundial [10]. Ele argumentou que uma marinha forte e o domínio das rotas marítimas estratégicas eram fatores decisivos para projeção de poder militar, político e econômico. Sua doutrina pode ser resumida nos seguintes pontos: *(1) os Estados Unidos devem aspirar a ser uma potência mundial; (2) o controle dos mares é necessário para alcançar esse status; (3) tal controle se obtém por meio de uma frota poderosa de navios de guerra* [17]. Em outras palavras, para Mahan, **quem dominar as rotas marítimas e possuir superioridade naval terá condições de influenciar os destinos globais**, assegurando comércio, suprimentos e capacidade de movimentar forças militares rapidamente.

No cenário proposto, em que os EUA se retraem militarmente da Europa e possivelmente do palco eurasiático, as ideias de Mahan levantam questionamentos sobre a **distribuição do poder marítimo** e seus efeitos. Tradicionalmente, a US Navy atua globalmente garantindo a liberdade de navegação e dissuadindo desafios nos principais mares (Atlântico, Pacífico, Índico, etc.). Uma retirada dos EUA da OTAN poderia sinalizar também uma redução de sua presença naval no Atlântico Nordeste, Mar Mediterrâneo e outros pontos próximos à Eurásia. Em tal caso, **quem preencheria esse vácuo naval?** A Rússia, apesar de potência principalmente terrestre, vem tentando modernizar sua marinha e tem interesses específicos – por exemplo, consolidar seu domínio no **Mar Negro** e manter presença no Mediterrâneo (base naval em Tartus, Síria). **O Reino Unido**, potência marítima europeia histórica, permaneceria alinhado aos EUA porém, sem o respaldo militar americano na Europa, ver-se-ia potencialmente sobrecarregado para conter sozinho uma marinha russa mais assertiva em águas europeias. **O Japão**, outro ator marítimo significativo aliado aos EUA, preocupa-se com o equilíbrio naval no Pacífico; sem o engajamento pleno dos EUA, Tóquio poderia ser compelida a expandir seu próprio poder naval para conter tanto a Rússia no extremo oriente (que mantém uma frota no Pacífico) quanto, especialmente, a crescente marinha chinesa.

Segundo o pensamento de Mahan, **rotas marítimas estratégicas e choke points** (estreitos e canais cruciais) tornam-se prêmios disputados nesse jogo de poder. Com os EUA concentrando-se nas Américas, poderíamos imaginar Washington reforçando o controle sobre o **Canal do Panamá** e vias do Caribe – revivendo uma política de “Golfo Americano” no Atlântico Ocidental e Pacífico Oriental. De fato, indicativos dessa orientação surgem em declarações atribuídas a Trump, que chegou a sugerir reaver controle direto sobre o Panamá, transformar o Canadá em um estado norte-americano, e até “*anexar*” a Groenlândia por sua importância geopolítica ártica [18]. Essas aspirações refletem uma busca por assegurar posições marítimas vantajosas próximas ao continente americano.

Em contrapartida, na ausência norte-americana do Atlântico Leste e Mediterrâneo, **a Rússia teria caminho livre para projeção regional marítima**. Isso poderia incluir desde o uso irrestrito do Mar Negro (após dominar a Ucrânia, garantindo acesso total à Crimeia e portos

ucranianos), até uma maior influência no **Mediterrâneo Oriental** via Síria e parceria com países como Irã ou Egito. **O Mar Báltico** também se tornaria área de interesse ampliado russo, pressionando os países litorâneos e talvez reduzindo a tradicional supremacia naval local da OTAN. Entretanto, vale notar que mesmo com essas expansões regionais, a Rússia carece de uma marinha de águas azuis comparável à dos EUA; logo, globalmente seu impacto marítimo inicial seria limitado sem alianças.

Um aspecto importante das teorias de Mahan é que **o poder naval é um contrapeso ao poder terrestre do Heartland**. Assim, ainda que a Rússia dominasse a massa continental eurasiática, a permanência do poderio naval norte-americano sobre os oceanos poderia impedir um domínio global completo por parte de Moscou. *No entanto, se os EUA voluntariamente restringirem seu alcance naval às Américas, abdicarão de influenciar o equilíbrio de poder nos mares adjacentes à Eurásia.* Com isso, a **balança de poder marítima tenderia a se deslocar** em favor de atores euroasiáticos regionais. Reino Unido e Japão, aliados tradicionais dos EUA, poderiam intensificar suas capacidades navais para defender interesses regionais – o Reino Unido resguardando o Atlântico Norte e o Mar do Norte, e o Japão patrulhando o Pacífico Noroeste – mas ambos teriam limitações orçamentárias e estruturais para suprir integralmente a ausência da superpotência americana.

Consequentemente, a visão de Mahan sugere que a retirada dos EUA do cenário extrarregional **enfraqueceria o regime marítimo liberal**, possivelmente abrindo espaço para que potências revisionistas contestem rotas antes asseguradas (por exemplo, Rússia e China explorando menos oposição nas rotas do Ártico e do Indo-Pacífico, respectivamente). Em resumo, a **hegemonia naval fragmentar-se-ia**, e o controle de mares estratégicos entraria em disputa, reconfigurando a influência relativa de EUA, Rússia e aliados marítimos como Reino Unido e Japão.

Kjellén e o Estado como Organismo Vivo: a Expansão Russa como Necessidade Orgânica

Outra lente teórica útil para interpretar a postura geopolítica russa é a de **Rudolf Kjellén**, cientista político sueco do início do século XX, que concebeu o Estado como um *organismo vivo*. Kjellén, que inclusive cunhou o termo “geopolítica”, foi influenciado pelas ideias de Friedrich Ratzel e pelo darwinismo social, argumentando que os Estados **nascem, crescem e decaem analogamente a seres vivos** [13]. Em sua obra *Staten som livsform* (O Estado como Forma de Vida, 1916), ele sustentou que os Estados possuem uma dimensão orgânica além da jurídica e que **“assim como qualquer forma de vida, os Estados devem expandir-se ou morrer”** [14]. Essa expansão não seria motivada meramente por conquista agressiva, mas

vista como um **crescimento necessário para autopreservação** do organismo estatal [14]. Em complemento, Kjellén ecoou a “lei dos espaços em expansão” de Ratzel ao afirmar que **Estados grandes se expandem à custa dos pequenos**, sendo *apenas uma questão de tempo até que os grandes reinos preencham os espaços disponíveis* [14]. Ou seja, na perspectiva orgânica, **Estados vigorosos tendem a incorporar territórios vizinhos menores**, consolidando-se territorialmente tal qual um organismo incorporando nutrientes.

Ao aplicar essa teoria à estratégia da Rússia contemporânea, podemos interpretar as ações de Moscou – incluindo a invasão da Ucrânia e a ambição de restaurar sua esfera de influência na Eurásia – como expressão de um **impulso orgânico de expansão**. Para um estrategista influenciado por essa escola, a Rússia (vista como organismo estatal com longa história imperial) **precisa expandir seu território e influência para garantir sua sobrevivência e segurança**. A perda de controle sobre espaços que outrora fizeram parte do Império Russo ou da União Soviética (como a própria Ucrânia, o Cáucaso ou a Ásia Central) pode ser percebida pelas elites russas como uma *atrofia* do organismo estatal, tornando-o vulnerável. Assim, a reincorporação desses territórios – seja direta (anexação) ou indireta (vassalagem política) – equivaleria a **restaurar membros perdidos ou fortalecer órgãos vitais do corpo estatal**. De fato, argumentos oficiais russos muitas vezes retratam a Ucrânia como parte intrínseca da “historicidade russa”, negando-lhe plena identidade separada – narrativa que se alinha à ideia de que a expansão russa ali **seria natural e necessária ao Estado russo** (visto como englobando também os russófonos fora de suas fronteiras atuais).

Kjellén forneceria, portanto, uma justificativa teórica para a **expansão territorial russa como fenômeno orgânico**. A Rússia, como grande potência, inevitavelmente buscaria se expandir às custas de vizinhos menores (Ucrânia, Geórgia, Estados Bálticos, etc.), pois assim dita a tendência dos “grandes espaços se organizarem” em detrimento dos pequenos [14]. Essa visão pode ser identificada em doutrinas russas contemporâneas que valorizam *zonas de influência* e a noção de que países vizinhos devem gravitar em torno de Moscou para que a ordem natural seja mantida. A própria ideia da “Eurásia” unida sob liderança russa (defendida por pensadores russos modernos) carrega ecos dessa concepção orgânica de espaço vital e de expansão como sinal de vitalidade do Estado.

Contudo, a teoria de Kjellén também alerta para o fenômeno do “**superdimensionamento imperial**” (*imperial overstretch*), caso um Estado ultrapasse seus limites de coesão interna ao se expandir exageradamente [14]. Ele reconhecia que estender demasiadamente as fronteiras pode aumentar atritos e vulnerabilidades, tornando difícil manter a coesão – um organismo muito grande pode carecer de integração funcional. No contexto russo, isso sugere que **embora a expansão seja vista como necessária, há riscos se a Rússia tentar englobar mais do que pode governar eficazmente**. Conquistar a Ucrânia e submeter a Europa Oriental, por exemplo, poderia sobrecarregar economicamente e militarmente o Estado russo, especialmente se enfrentasse resistências ou tivesse que administrar populações hostis.

Todavia, no cenário hipotético que adotamos (EUA isolados e Europa enfraquecida), a Rússia poderia calcular que os benefícios orgânicos da expansão (território, recursos, profundidade estratégica) superariam os custos, já que a interferência externa seria limitada. Assim, **pela lente de Kjellén, a Rússia expansionista comporta-se como um organismo seguindo seu instinto de sobrevivência e engrandecimento**, absorvendo vizinhos mais fracos; mas tal processo não é isento de desafios, exigindo que o “organismo Rússia” consiga digerir esses novos espaços para não colapsar sob seu próprio peso.

Ratzel e o *Lebensraum*: Recursos, Território e a Justificativa para Expansão

Paralelamente à visão orgânica de Kjellén, a teoria de **Friedrich Ratzel** oferece outra base conceitual para entender a expansão russa: o **conceito de *Lebensraum* (espaço vital)**. Ratzel, geógrafo alemão do final do século XIX, propôs que a sobrevivência e desenvolvimento de um povo ou nação dependiam criticamente do **espaço físico e dos recursos disponíveis**. Influenciado por ideias darwinistas, ele aplicou a noção de “sobrevivência do mais apto” às nações, argumentando que **as sociedades humanas precisam conquistar território e recursos para prosperar**, e que as civilizações mais “fortes” e aptas naturalmente prevalecerão sobre as mais fracas [12]. Em 1901, Ratzel cunhou o termo *Lebensraum* para descrever essa necessidade de “espaço vital” como fator geográfico no poder nacional [15]. Posteriormente, essa ideia seria adotada – e deturpada de forma extrema – pela ideologia nazista para justificar as agressões da Alemanha na Europa. No entanto, o cerne do conceito ratzeliano é que **a expansão territorial é essencial para a sobrevivência e crescimento de um Estado**, especialmente para garantir alimentos, matérias-primas e espaço para sua população [12].

Ao examinar a postura da Rússia sob essa ótica, podemos ver diversas narrativas que evocam a lógica do *Lebensraum*. A Rússia é o maior país do mundo em extensão, porém grande parte de seu território é de clima adverso (tundra, taiga) e relativamente despovoado na Sibéria. Por outro lado, regiões adjacentes como a Ucrânia possuem **terras agriculturáveis de alta qualidade (tchernoziom - solo negro)**, densidade populacional eslava significativa e recursos naturais adicionais (carvão no Donbass, por exemplo). Uma justificativa implícita para a expansão russa poderia ser a busca por **recursos e terras férteis suplementares** para assegurar sua autossuficiência e poder – exatamente como Ratzel descreveu que nações vigorosas fazem. Registros históricos mostram que Ratzel ressaltava a primazia agrária: ele acreditava que novos territórios deveriam ser colonizados por agricultores, fornecendo base alimentar para a nação [12]. A Ucrânia, historicamente chamada de “celeiro da Europa”, encaixa-se perfeitamente nessa visão de conquista para ganho de sustento e riqueza agrícola.

Além disso, Ratzel via a **geografia como condicionante do destino das nações** – povos adaptados a certos habitats buscam ampliá-los se almejam crescer. No discurso russo contemporâneo, há frequentemente menção à necessidade de *garantir segurança e profundidade territorial* frente à OTAN, ou de *unir povos irmãos* (russos e russófonos) num mesmo espaço político. Tais argumentos podem ser lidos como uma tradução moderna do *Lebensraum*: a ideia de que **a nação russa, para estar segura e florescer, deve controlar um espaço maior**, englobando zonas tampão e recursos críticos. Esse “espaço vital” russo abrangeria naturalmente a Ucrânia e outras ex-repúblicas soviéticas, vista a interdependência histórica e infraestrutural. Ratzel enfatizava que povos migravam e se expandiam quando sua pátria original já não comportava suas necessidades ou aspirações [12]. Embora a Rússia atual não sofra pressão demográfica (pelo contrário, enfrenta declínio populacional), sob uma lógica de grande potência percebe-se, sim, um sentimento de *insuficiência geopolítica* ao terem perdido influência sobre áreas consideradas estratégicas. Logo, reconquistar essas áreas seria **recuperar o “habitat” necessário para a nação russa prosperar e se sentir segura**.

É importante mencionar que, na formulação de Ratzel e Kjellén, a busca por *Lebensraum* ou expansão orgânica não é moralmente qualificada – é tratada como um processo natural na política de poder. Assim, no plano discursivo, a Rússia pode evitar discursos abertamente agressivos e recorrer a justificativas “naturais”: por exemplo, alegar que *precisa* ocupar a Ucrânia para se defender (*security space*) ou para reunificar povos (*espaço cultural e histórico comum*). Por baixo dessas justificativas, porém, ressoa o imperativo geopolítico de obter **mais território e recursos como garantia de sobrevivência nacional**, algo consonante com a teoria de Ratzel. De fato, a *Realpolitik* russa frequentemente prioriza controle de recursos energéticos (gás, petróleo) e rotas de escoamento. Expandir sua influência sobre a Eurásia central também significaria controlar oleodutos, gasodutos, corredores logísticos – elementos essenciais do *Lebensraum* moderno entendido como acesso a recursos e infraestrutura vital.

Em suma, **a Rússia, ao conquistar a Ucrânia e estender-se na Eurásia, poderia invocar na prática o conceito de *Lebensraum***: apresentando sua expansão não como mero imperialismo, mas como uma necessidade de garantir terras e recursos indispensáveis ao seu povo e de corrigir a “injustiça” de um espaço vital diminuído pelas perdas territoriais pós-Guerra Fria. As teorias de Ratzel e de Kjellén em conjunto pintam um quadro onde a expansão russa surge quase como *lei natural* – o grande Estado retomando espaço para assegurar sua sobrevivência e desenvolvimento, às custas dos menores ao redor.

Trump, OTAN e a ameaça de retirada norte-americana

Uma das mudanças mais alarmantes com a volta de Trump ao poder é a relação tensa com a **Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)**. Trump há muito critica os aliados por não cumprirem metas de gasto militar, chegando a ameaçar, já em seu primeiro mandato, retirar os EUA da aliança caso os membros não aumentassem suas contribuições [2]. Essa ameaça, inicialmente vista com ceticismo, tornou-se **concreta** após sua reeleição, levando os aliados europeus a considerar seriamente a possibilidade de terem que se defender sem o apoio norte-americano [1]. De fato, Trump sugeriu em entrevistas pós-reeleição que os EUA só permaneceriam na OTAN se os aliados “pagassem suas contas” – caso contrário, ele “pensaria seriamente” em sair [2]. Tais declarações reforçaram o **alerta de que os EUA poderiam não honrar o compromisso de defesa mútua da OTAN**, justamente em um momento de ameaça russa contínua devido à guerra na Ucrânia [1].

Do ponto de vista teórico, essa postura de retração americana evoca a clássica tensão entre poder marítimo e poder terrestre. **Alfred Thayer Mahan** enfatizava que o poder global dos EUA derivava em grande parte de sua superioridade naval e de alianças que garantiam o controle de rotas marítimas estratégicas [9]. A OTAN, desde 1949, serviu não apenas para deter o avanço terrestre soviético na Eurásia, mas também para assegurar a presença marítima dos EUA no Atlântico Norte e Mediterrâneo – um elemento fundamental segundo Mahan. Por sua vez, **Halford Mackinder** alertava que o equilíbrio de poder mundial depende do controle do “Heartland” eurasiático (a região central da Eurásia). A retirada ou desengajamento dos EUA (uma potência marítima) dessa região poderia abrir espaço para que uma potência continental (como a Rússia) expandisse sua influência no leste europeu, desequilibrando a balança de poder [3]. Em outras palavras, **ao ameaçar sair da OTAN, Trump coloca em risco o princípio de “containment”** que impedia o domínio russo sobre a Europa Oriental – algo que Mackinder veria como um perigoso deslocamento do poder global em favor da potência do Heartland.

Adotando um **tom imparcial**, observa-se que os países europeus reagiram a essa nova realidade com medidas de precaução. Relatórios estratégicos já calculam o custo de uma defesa europeia autônoma: seriam necessários centenas de milhares de soldados adicionais e investimentos de centenas de bilhões de euros caso os EUA deixem de garantir a segurança do continente [1]. A **dependência europeia** do poder militar americano é significativa e, sem ele, haveria necessidade de um grande reforço nas Forças Armadas europeias [1]. Essa mobilização reflete, na prática, a antecipação de um vácuo de poder deixado pelos EUA – cenário em que a teoria de Mackinder (sobre a primazia do Heartland e a vulnerabilidade da “crescente externa” insular, onde se encontra a Europa ocidental) volta a ter relevância.

O acordo econômico EUA–Ucrânia: minerais estratégicos em troca de apoio?

Outra novidade do segundo mandato de Trump é a forma **inédita e transacional** com que Washington vem lidando com a guerra na Ucrânia. Em vez de enfatizar garantias de segurança e alianças, o governo Trump propôs um **acordo comercial** com a Ucrânia focado na exploração de **minerais estratégicos**, atrelando o apoio americano a um benefício econômico direto. Segundo fontes próximas às negociações, EUA e Ucrânia estão prestes a assinar um pacto para dividir as receitas da exploração de recursos minerais críticos em território ucraniano [19]. Materiais como titânio, lítio, terras raras e urânio – vitais para indústrias de alta tecnologia e defesa – estariam no cerne desse acordo [6]. Pelo rascunho conhecido, a Ucrânia destinaria **50% dos lucros** de novos empreendimentos minerais a um fundo controlado pelos EUA, que reinvestiria parte dos recursos na reconstrução do próprio país [6] [19].

Chama a atenção que **o pacto não inclui garantias explícitas de segurança para Kiev**, apesar de a Ucrânia continuar sob ameaça militar direta da Rússia [19]. Em essência, a administração Trump oferece um **apoio financeiro e investimento econômico em troca de participação nos recursos naturais ucranianos**, mas sem se comprometer formalmente com a defesa da Ucrânia em caso de nova ofensiva russa [19]. Autoridades americanas argumentam que essa parceria econômica já seria suficiente para “assegurar os interesses ucranianos”, pois daria aos EUA **incentivos próprios para desejar a estabilidade da Ucrânia** [19]. “O que poderia ser melhor para a Ucrânia do que estar em uma parceria econômica com os Estados Unidos?”, afirmou Mike Waltz, assessor de segurança nacional dos EUA, defendendo a proposta [19].

Analistas, porém, avaliam o acordo de forma **dividida**. Para alguns, trata-se de uma forma de exploração econômica num momento de fragilidade da Ucrânia – comparando a exigência de compartilhar riqueza mineral em plena guerra a um esquema de “proteção mafiosa” [19]. Steven Cook, do Council on Foreign Relations, classificou a oferta como “extorsão” e a politóloga Virginia P. Fortna observou que **cobrar recursos de um país sob invasão** assemelha-se a práticas predatórias [19]. Joseph Nye acrescenta que é uma estratégia de ganho de curto prazo possivelmente “desastrosa no longo prazo” para a credibilidade americana, espelhando a abordagem transacional que Trump adotou até mesmo com aliados próximos em outros contextos [19]. Por outro lado, há quem veja alguma vantagem futura para Kiev: o jornalista Pierre Brianchon sugere que ao menos esse acordo **alinha os interesses comerciais americanos ao futuro da Ucrânia**, o que poderia, em tese, manter os EUA envolvidos na prosperidade ucraniana a longo prazo [19]. Lembra-se, inclusive, que o próprio

presidente Zelensky propôs no ano anterior a ideia de compartilhar recursos naturais com os EUA para aproximar os interesses dos dois países [19].

Sob a ótica das teorias geopolíticas, esse acordo ilustra uma guinada para o **pragmatismo econômico** nas relações internacionais, aproximando-se de conceitos propostos por Kjellén. Rudolf Kjellén, que cunhou o termo “geopolítica”, via o Estado como um **organismo territorial** que busca assegurar sua sobrevivência por meio da autossuficiência e do controle de recursos estratégicos [4]. A exigência de Trump de participação nos recursos ucranianos para continuar apoiando o país reflete uma lógica de **autarquia** e interesse nacional direto – isto é, a política externa servindo antes de tudo para reforçar a posição econômica e material dos EUA. Essa visão contrasta com a abordagem cooperativa tradicional, mas **alinha-se à ideia de Kjellén de que Estados poderosos tendem a transformar relações internacionais em oportunidades de ganho próprio**, garantindo acesso a matérias-primas vitais. Da mesma forma, **Friedrich Ratzel** argumentava que os Estados possuem uma “*propensão a expandir suas fronteiras conforme suas capacidades*”, buscando espaço vital (Lebensraum) e recursos para sustentar seu desenvolvimento [11]. O pacto EUA–Ucrânia, ao condicionar ajuda militar/econômica à obtenção de vantagens tangíveis (metade dos lucros minerais), é remanescente dessa perspectiva de Ratzel: os EUA, como potência em ascensão econômica, **expandem sua influência econômica sobre o território ucraniano** como um organismo que se estende para obter recursos necessários ao seu bem-estar. Trata-se, portanto, de uma forma de **expansionismo econômico** em detrimento de compromissos puramente ideológicos ou de segurança coletiva.

Negociações de paz sem a Ucrânia e legitimidade do acordo

Outro ponto controverso é a maneira como as **negociações de paz** entre Rússia e Ocidente vêm sendo conduzidas sob a gestão Trump. Desde sua posse, o presidente americano passou a se engajar diretamente com Moscou na busca de um cessar-fogo, **deliberadamente mantendo o governo ucraniano à margem das conversas iniciais** [6]. Trump manifestou o desejo de “*deixar Zelensky fora da conversa*” e também excluiu a União Europeia de qualquer influência no processo [6]. Essa estratégia de negociação sem a presença do principal interessado – a própria Ucrânia – levanta sérias questões sobre a **legitimidade e sustentabilidade** de qualquer acordo resultante.

Historicamente, acordos de paz firmados sem a participação direta de um dos lados em conflito tendem a enfrentar problemas de implementação e aceitação.

A **exclusão da Ucrânia na fase decisória** traz à tona o problema da garantia. Como visto, o acordo emergente carece de garantias formais de segurança dos EUA para a Ucrânia. Isso

implica que, após a assinatura, **nada impedirá a Rússia de lançar uma nova ofensiva** se julgar conveniente, sabendo que os EUA não se comprometeram em defendê-la militarmente. Especialistas já alertam que um cessar-fogo sem proteção robusta pode ser apenas uma pausa para rearmamento russo, tornando o conflito “congelado” temporariamente e potencialmente retomado no futuro próximo. A comunidade estratégica europeia manifestou preocupação similar: sem a dissuasão americana, o risco de novas agressões russas na região aumenta consideravelmente [1]. A Dinamarca, por exemplo, divulgou relatórios de inteligência alertando para **possíveis ataques russos em breve**, o que levou países vizinhos a acelerarem planos de defesa independente [1].

A legitimidade desse **acordo de paz assimétrico** (negociado sem a Ucrânia plenamente à mesa e sob coerção econômica) também é questionável do ponto de vista jurídico e moral. Fere-se o princípio de autodeterminação ao impor a um país soberano termos decididos por grandes potências – algo que remete a capítulos sombrios da diplomacia, como o **Acordo de Munique de 1938**, quando potências definiram o destino da Tchecoslováquia sem sua anuência. No caso atual, a Ucrânia acabaria por assinar o acordo, mas numa posição de fraqueza, levantando dúvidas sobre quão **durável** seria tal compromisso.

Sob o olhar de **Mackinder**, a saída da Ucrânia do campo de batalha sem garantias significa, na prática, admitir uma maior influência da Rússia (potência do Heartland) sobre o leste europeu. Isso altera o equilíbrio na Eurásia de forma potencialmente duradoura. Além disso, o fato de grandes potências negociarem por sobre as cabeças de um país menor evoca a lógica imperial do século XIX e início do XX, na qual impérios decidiam entre si as divisões de territórios alheios – um comportamento que **Mackinder via como provável em um mundo de “sistema fechado”**. Com o mundo inteiro já ocupado por Estados, Mackinder previu que as potências passariam a disputar influência dentro desse tabuleiro consolidado, não raro subjugando estados menores para obter vantagem [3]. A negociação EUA-Rússia sobre a Ucrânia, sem a devida representação ucraniana, exemplifica esse tipo de dinâmica neo-imperial em pleno século XXI.

Também merece atenção a consonância com as ideias de **Ratzel e Kjellén**: ambos viam os estados menores como facilmente relegados à condição de satélites ou até “*organismos parasitários*” na órbita de estados maiores. Kjellén falava da vulnerabilidade intrínseca de estados com pouca **profundidade territorial ou dependência econômica**, que os tornava suscetíveis a pressões externas [4][20]. A Ucrânia, combatida pela guerra e dependente de ajuda externa, torna-se um exemplo concreto dessa vulnerabilidade teorizada: precisou ceder recursos estratégicos e aceitar termos discutidos à sua revelia para tentar garantir sua sobrevivência imediata. O acordo resultante, portanto, reflete um **desequilíbrio de poder** característico das relações internacionais hierárquicas descritas pelos teóricos clássicos da geopolítica.

Concessões territoriais implícitas e discurso público de Trump

Um ponto central e polêmico nas declarações de Trump acerca da guerra na Ucrânia é a **insinuação de concessões territoriais** à Rússia como parte da solução do conflito. Publicamente, Trump evitou condenar explicitamente a agressão russa e chegou a afirmar que considerava “improvável” que a Ucrânia consiga retomar **todas as áreas ocupadas pelos russos** [16]. Em debates e entrevistas, ele sugeriu que “*se fosse presidente, a guerra terminaria em 24 horas*”, insinuando que forçaria um entendimento entre Kiev e Moscou que provavelmente envolveria **ceder algum território** em troca de paz. Essa posição rompe com a política anterior dos EUA de não reconhecer nenhuma aquisição territorial feita pela força e alimenta especulações de que o eventual acordo de paz patrocinado por Trump **legitimaria ao menos parte das conquistas russas** desde 2014 (Crimeia, Donbass, e áreas tomadas na invasão de 2022).

As ações de seu governo corroboram essa interpretação. Conforme discutido, o acordo econômico foca na exploração de recursos naturais ucranianos, muitos dos quais localizados precisamente em **regiões atualmente sob controle militar russo**, como partes do Oblast de Zaporizhzhia, Donetsk, Lugansk e área do Mar de Azov [6]. Uma geóloga ucraniana, Hanna Liventseva, destacou que “*a maioria desses elementos (minerais estratégicos) se encontra no sul do Escudo Ucraniano, principalmente na região de Azov, e a maioria desses territórios está atualmente invadida pela Rússia*” [6]. Isso significa que, para viabilizar a exploração conjunta acordada, o **controle “de facto” russo sobre essas áreas teria que ser reconhecido ou pelo menos tolerado** no curto prazo. Em outras palavras, o pacto indireta e tacitamente **aceita as conquistas territoriais russas**, já que envolve repartir os lucros de recursos que, no momento, não estão acessíveis ao governo de Kiev.

Além disso, figuras do círculo próximo a Trump deram declarações explícitas sobre a possibilidade de cessão territorial. Mike Waltz, assessor de segurança nacional de Trump, afirmou publicamente que *Zelensky talvez precise “ceder terra à Rússia” para acabar com a guerra* [8]. Essa fala – divulgada em março de 2025 – confirma que a **Casa Branca trumpista considera natural a ideia de a Ucrânia renunciar a partes de seu território** em prol de um acordo. Tal postura marca uma ruptura em relação ao consenso ocidental anterior, que condenava quaisquer ganhos territoriais pela força. Sob Trump, parece prevalecer uma visão **pragmática** (aos olhos de seus defensores) ou **cínica** (segundo seus críticos): sacrificar princípios de integridade territorial para encerrar hostilidades rapidamente e garantir benefícios econômicos imediatos.

Em termos teóricos, essa inclinação por validar conquistas territoriais pela força remete ao

conceito de *Realpolitik* e ao **darwinismo geopolítico** que influenciou pensadores como Ratzel. Na concepção orgânica de Ratzel, **Estados em expansão naturalmente absorvem territórios vizinhos quando têm força para tal**, ao passo que estados em declínio perdem território – um processo quase biológico de seleção do mais apto [11]. A aceitação trumpista de que a Ucrânia “dê algo” a Moscou para selar a paz reflete uma normalização desse processo de seleção geopolítica: reconhece-se ao agressor (Rússia) o “direito” de manter terras conquistadas, porque assim ditam as **realidades do poder no terreno**. Já **Mackinder**, embora firmemente contrário a deixar a Rússia dominar o Heartland, enxergaria nesse resultado a consequência lógica do desinteresse das potências marítimas (EUA e Reino Unido, por exemplo) em sustentar o contra-ataque ucraniano. Sem o envolvimento ativo do poder marítimo para equilibrar a disputa, o poder terrestre prevalece no leste europeu.

Do ponto de vista de **legitimidade internacional**, a entrega de territórios ucranianos – seja de jure ou de facto – cria um perigoso precedente no pós-Guerra Fria. Recompensar a agressão violenta com ganhos territoriais pode encorajar estratégias semelhantes em outras partes do mundo, minando a arquitetura de segurança coletiva. Trata-se, possivelmente, de **um retorno a um mundo de esferas de influência**, em que as grandes potências definem as fronteiras e zonas de controle conforme sua conveniência, algo que a ordem baseada em regras depois de 1945 tentou evitar. Aqui, a imparcialidade acadêmica requer notar que **a coerção para concessão territorial raramente produz paz duradoura**, pois a parte lesada – no caso, a Ucrânia – pode aceitar temporariamente, mas continuará reivindicando seus direitos no longo prazo, assim como ocorreu com outras injustiças territoriais na história.

Ambições territoriais de Trump: Groenlândia e Canadá

Para além do teatro de guerra eurasiático, Trump reviveu ambições geopolíticas envolvendo territórios tradicionalmente aliados dos EUA: a **Groenlândia** (território autônomo da Dinamarca) e o **Canadá**. Já em 2019, no seu primeiro mandato, Trump causou espanto global ao propor comprar a Groenlândia – rica em minerais e estrategicamente posicionada no Ártico. Retornando ao poder, ele foi além: manifestou um *“interesse renovado”* em adquirir a Groenlândia e passou a **sugerir publicamente a incorporação do Canadá como o 51º estado norte-americano** [2].

Em janeiro de 2025, durante uma coletiva em Mar-a-Lago, ele chegou a mostrar mapas em que os EUA e o Canadá apareciam fundidos em um só país, enquanto a Groenlândia era marcada como futura possessão americana [2]. Postagens do presidente em redes sociais incluíram imagens satíricas com o mapa da América do Norte onde o Canadá estava rotulado de “51º” e a Groenlândia assinalada como “Our Land” (“Nossa Terra”) [2].

Tais movimentos foram recebidos com preocupação e incredulidade pelos aliados. O primeiro-ministro canadense, **Justin Trudeau**, foi flagrado num microfone aberto alertando que a fixação de Trump com a anexação “*é real*” e não apenas uma brincadeira [7]. Trudeau destacou que Washington parecia **cobiçar os vastos recursos minerais do Canadá**, o que explicaria a insistência na ideia de absorção [7]. Em público, Trump argumentou que os canadenses “*seriam mais prósperos como cidadãos americanos*”, prometendo redução de impostos e melhores serviços caso se tornassem parte dos EUA [7]. Do lado dinamarquês, a reação à retomada do plano sobre a Groenlândia foi firmemente negativa – assim como em 2019 – reafirmando que **o território não está à venda**. Trump, entretanto, insinuou que a questão poderia ser de segurança nacional, indicando que a posse americana da Groenlândia impediria influências adversárias (referência à China e Rússia no Ártico) [2]. Mais preocupante, ele **se recusou a descartar o uso de meios militares para conseguir a ilha**, embora tenha garantido não ter intenção de invadir o Canadá pela força (no caso canadense, falou em “força econômica” para forjar uma união) [2].

Essa série de iniciativas reflete um **ímpeto expansionista dos EUA sem precedentes em tempos recentes**, ao menos no discurso. Analisar isso pelas lentes da geopolítica clássica oferece insights interessantes. **Friedrich Ratzel** e sua noção de *Lebensraum* sugerem que estados poderosos, ao atingirem certa predominância, buscam expandir seu território influenciando ou incorporando áreas adjacentes. Trump, ao mirar no vizinho imediato (Canadá) e em um território estratégico próximo (Groenlândia), parece ressuscitar essa lógica de expansão territorial para ganho de espaço e recursos. Ratzel via essa expansão quase como um **processo natural** para estados com vigor, comparável ao crescimento de um organismo [11]. Sob esse prisma, os EUA estariam exercendo seu “direito” de expansão na América do Norte e região polar, integrando áreas de interesse vital.

Adicionalmente, a visão de **Alfred Mahan** sobre o poder marítimo ajuda a compreender o valor estratégico da Groenlândia. Mahan postulava que o controle de pontos-chaves nos mares e de bases navais garante vantagem global [9]. A Groenlândia, situada entre o Atlântico Norte e o Ártico, tornou-se cada vez mais relevante com as mudanças climáticas abrindo novas rotas marítimas polares e revelando vastos depósitos minerais (inclusive terras raras e petróleo). Para os EUA, ter presença ou soberania sobre a Groenlândia significaria **dominar a porta de entrada do Ártico** e negar esse espaço a rivais. Isso se alinha à estratégia Mahaniana de assegurar **rotas comerciais e militares** (no caso, eventuais rotas do Ártico) e recursos para consolidar a supremacia marítima. Por outro lado, a incorporação do Canadá – com seu enorme território, costa ártica e abundantes recursos naturais – daria aos EUA um reforço geoeconômico e geopolítico formidável, praticamente eliminando vulnerabilidades na sua fronteira norte. Trata-se de um projeto ambicioso que ecoa também ideias de **Kjellén**, para quem um Estado ideal deveria buscar completude territorial e autossuficiência econômica dentro de sua região. Incorporar o Canadá seria o ápice da autarquia regional americana,

tornando a América do Norte um bloco unificado sob Washington (um cenário que lembra as “pan-regiões” concebidas por geopolíticos do século XX influenciados por Kjellén).

É importante notar, entretanto, que **essas ambições enfrentam enormes obstáculos legais e políticos**. A soberania do Canadá e da Groenlândia (Dinamarca) é garantida pelo direito internacional e ambos os povos rejeitam categoricamente a ideia de anexação. Qualquer ação hostil dos EUA contra esses países abalaria alianças e a própria ordem mundial. Ainda assim, o simples fato de um presidente americano sugerir tais possibilidades já produz efeitos geopolíticos: parceiros tradicionais passam a desconfiar das intenções de Washington, buscam apoios alternativos e fortalecem discursos nacionalistas de resistência. Em resumo, as **intenções expansionistas de Trump na Groenlândia e Canadá reacendem antigas questões territoriais** e colocam os EUA paradoxalmente na posição de potência revisionista – um papel outrora associado a impérios em busca de colônias.

Implicações para o Brasil e a América do Sul: uma nova neocolonização?

Diante desse **redesenho geopolítico** impulsionado pelos EUA de Trump – com reordenamento de alianças e possível repartição de zonas de influência entre grandes potências – surge a pergunta: **qual o impacto para o Brasil e os demais países da América do Sul?** Tradicionalmente, a América Latina esteve sob a égide da **Doutrina Monroe** (1823), que estabelecia a não-interferência europeia na região e, implicitamente, a primazia dos EUA no hemisfério ocidental. No pós-Guerra Fria, essa influência se traduziu mais em liderança política e econômica, sem anexações formais ou dominação territorial direta. Porém, o atual contexto aponta para uma espécie de “**neo-colonização**” do Sul Global, em que potências maiores buscam controlar recursos e governos periféricos de maneira indireta, mas efetiva.

As teorias de Mackinder podem ser utilizadas para iluminar essa dinâmica. Como mencionado, Mackinder concebia o mundo do século XX como um sistema fechado, no qual não havia mais terras incógnitas a serem colonizadas – **as potências, portanto, lutariam entre si pelo controle das regiões já ocupadas** [3]. Ele previa que África e América Latina (na época colônias ou semi-colônias europeias em grande parte) continuariam como tabuleiros onde as grandes potências projetariam suas disputas, uma forma de neocolonialismo. No cenário atual, vemos os EUA propondo trocas de **proteção por recursos** (como na Ucrânia) e até líderes de países em desenvolvimento buscando acordos semelhantes. Um exemplo notável: o presidente da República Democrática do Congo, Felix Tshisekedi, elogiou a iniciativa EUA–Ucrânia e **sugeriu um acordo análogo envolvendo as riquezas minerais congolenses em troca de apoio dos EUA contra rebeldes internos (M23)** [19]. Ou seja, países africanos e possivelmente sul-americanos podem entrar nessa lógica de oferecer acesso privilegiado a recursos (cobalto, lítio, alimentos, biodiversidade) para obter garantias de segurança ou

investimentos. Trata-se de um **retrocesso aos tempos em que potências externas ditavam os rumos do Sul em troca de promessas de proteção**, caracterizando um neocolonialismo estratégico.

Para o Brasil, em particular, esse rearranjo gera oportunidades e riscos. Como potência regional com considerável autonomia diplomática, o Brasil historicamente buscou equilibrar relacionamentos com os EUA, Europa, China e outros atores, evitando alinhamentos automáticos. Contudo, num mundo em que os EUA de Trump estejam ativamente **redefinindo esferas de influência** – possivelmente fazendo acordos com a Rússia que dividam entre si prioridades (por exemplo, Washington focando no Hemisfério Ocidental e Moscou no Oriental) –, a América do Sul pode voltar a ser vista como **zona de influência exclusiva norte-americana**. Sob tal perspectiva, Washington poderia pressionar países sul-americanos a se alinharem com suas diretrizes, limitando parcerias com rivais (como a China) e buscando acesso privilegiado a recursos estratégicos (como a Amazônia, água doce, minerais e commodities agrícolas). Alguns indícios já aparecem: a abordagem transacional de Trump mencionada por Nye incluiu pressões a Canadá e México por questões de fronteira e comércio, sob pena de sanções comerciais [19]. Não seria impensável uma postura dura em relação, por exemplo, às políticas ambientais brasileiras (ligadas à Amazônia) ou às relações do Brasil com a China, usando tarifas ou incentivos como alavanca – uma espécie de **geopolítica da coerção econômica**.

Por outro lado, o Brasil e vizinhos também poderiam tentar **tirar vantagem** da competição Sino-Norte-Americana. Se os EUA estiverem distraídos consolidando sua hegemonia hemisférica “hard power” (até com fantasias de anexação no norte), potências como a **China** podem avançar sua presença econômica na América do Sul por meio de investimentos e comércio (Belt and Road, financiamento de infraestrutura) – o que já vem ocorrendo. Isso configuraria uma **disputa neocolonial indireta** no Sul: empréstimos e investimentos chineses versus exigências e acordos americanos, lembrando em parte a disputa imperial do século XIX (quando Reino Unido, EUA e outros competiam por mercados e recursos latino-americanos).

Do ponto de vista conceitual, Mackinder talvez classificasse a América do Sul como parte da “Outer Crescent” (crescente insular externa) – periférica ao grande “World-Island” eurasiático, mas ainda assim crucial como fonte de recursos e posição estratégica no Atlântico e Pacífico sul. Se os EUA consolidarem um império informal nas Américas, estariam reforçando seu “*bastião insular*” longe do Heartland euroasiático, uma estratégia que Mackinder chegou a sugerir para as potências marítimas: controlar as ilhas e continentes periféricos para compensar a desvantagem de não controlar o Heartland. Entretanto, um domínio excessivo dos EUA no sul poderia levar a resistência local e alinhamentos alternativos, desequilibrando a região.

Kjellén acrescentaria que para o Brasil manter sua soberania decisória, precisará fortalecer

sua *autarquia* e coesão interna – em outras palavras, reduzir vulnerabilidades (econômicas, militares, sociais) que potências externas possam explorar [4]. Já **Mahan** talvez apontasse a importância do Brasil controlar suas rotas marítimas e litorais (Atlântico Sul) para não ficar à mercê de um poder naval como os EUA. E **Ratzel** lembraria que estados que não expandem sua influência tendem a ser absorvidos por influências alheias – o que, no contexto do Brasil, não significa conquistar territórios vizinhos, mas sim **liderar ativamente a integração sul-americana** para criar um bloco mais resiliente à intromissão externa.

Em suma, a **América do Sul se vê num mundo mais competitivo e segmentado**, em que os grandes jogadores ressuscitam práticas de eras passadas. A noção de “neo-colonização” aqui não implica ocupação direta, mas sim mecanismos de dependência: seja via acordos econômicos desiguais, seja via pressão diplomática ou militar por alinhamento. O Brasil, como maior economia e território do subcontinente, terá de navegar com cuidado redobrado. Um novo equilíbrio de poder global, marcado pela divisão de esferas de influência entre EUA, China e Rússia, pode **reduzir os espaços de manobra soberana** dos países sul-americanos, a menos que estes atuem conjuntamente. Assim, a reflexão teórica sugere a necessidade de estratégias sul-sul, reforço de organizações regionais e diversificação de parcerias para evitar cair em “*armadilhas neocoloniais*” modernas.

Conclusão

A conjuntura geopolítica emergente pós-reeleição de Donald Trump sinaliza um **retorno a princípios clássicos da geopolítica**, após algumas décadas de predomínio de visões liberal institucionais. Vemos a revalorização de conceitos como *esferas de influência*, *troca de proteção por recursos*, *poder naval versus poder terrestre*, e *disputas por território e matéria-prima* – todos temas centrais nos escritos de Mackinder, Mahan, Kjellén e Ratzel no final do século XIX e início do XX. A análise imparcial desses eventos, à luz dessas teorias, mostra coerência interna nas ações de Trump: embora polêmicas, elas seguem uma lógica de maximização do interesse nacional e do poder relativo dos EUA no tabuleiro mundial, ainda que às custas de princípios e alianças estabelecidas.

Halford **Mackinder** nos lembra que, num mundo fechado sem novas terras para conquistar, as potências buscarão **redividir o mundo entre si** [3]. Isso parece se manifestar nos entendimentos diretos entre EUA e Rússia sobre o destino da Ucrânia, e nas ambições americanas no Ártico e no hemisfério ocidental. **Alfred Mahan** enfatiza que o domínio dos mares e de posições estratégicas garante supremacia – vemos reflexos disso na obsessão de Trump pela Groenlândia (Ártico) e na possível negligência da importância de manter a OTAN (e portanto o Atlântico Norte) coesa, algo que a teoria de Mahan reprovava pelo risco de vácuo naval. **Rudolf Kjellén** e **Friedrich Ratzel** fornecem o arcabouço para entender a faceta mais agressiva do nacionalismo expansionista: a ideia do Estado como organismo que precisa

crescer, garantir recursos e buscar auto suficiência explica desde o acordo extorsivo imposto à Ucrânia até a retórica de anexação do Canadá.

As possíveis consequências são profundas. No curto prazo, podemos assistir a um **cessar fogo precário** na guerra da Ucrânia, com ganhos territoriais russos consolidados e a Ucrânia atrelada economicamente aos EUA, mas sem proteção militar formal – um “paz armada” instável. A Europa Ocidental, alarmada, pode acelerar sua militarização independente, marcando talvez o início de uma autonomia de defesa europeia, conforme já se debate abertamente [1]. No extremo oposto do globo, o ativismo americano no Ártico e Américas pode **remodelar alianças**: países como o Canadá, outrora alinhados, podem buscar garantir sua soberania se afastando de Washington; potências como a China podem aproveitar brechas para se inserir mais na América Latina e África via diplomacia econômica; e países emergentes do Sul Global podem ter de escolher entre se submeter a novas “tutelas” ou fortalecer a cooperação Sul-Sul.

Em última instância, a situação atual reforça a relevância de estudar a geopolítica com lentes históricas. As ações do governo Trump indicam que, apesar de todo o avanço tecnológico e normativo, **a competição por poder geográfico não desapareceu** – ela apenas assumiu novos formatos. A imparcialidade acadêmica nos obriga a não julgar prematuramente se essas estratégias serão bem-sucedidas ou benéficas, mas a história e a teoria alertam que movimentos de cunho neo-imperial costumam gerar contrarreações. Como Mackinder insinuou, “*cada choque ou mudança em qualquer parte reverbera pelo mundo todo*”, e um movimento brusco de uma superpotência tende a provocar acomodações e conflitos imprevistos em cadeia. Resta acompanhar como os demais atores – inclusive o Brasil e seus vizinhos – adaptar-se-ão a esse **novo capítulo da grande disputa pelo poder global**, em que teorias centenárias voltam a ter surpreendente poder explicativo sobre os acontecimentos do presente.

Referências Bibliográficas

[1] **A Referência.** (2025). *Europa calcula o custo de se defender sem os EUA: 300 mil soldados e 250 bilhões de euros a mais*. Recuperado em 3 de março de 2025, de <https://areferencia.com/europa/europa-calcula-o-custo-de-se-defender-sem-os-eua-300-mil-soldados-e-250-bilhoes-de-euros-a-mais/#:~:text=Europa%20calcula%20o%20custo%20de,bilh%C3%B5es%20de%20euros%20a%20mais>

[2] **Brexit Institute.** (2025). *What happens if Trump invades Greenland?* Recuperado em 3 de março de 2025, de <https://dcubrexitinstitute.eu/2025/01/what-happens-if-trump-invades-greenland/#:~:text=Ever%20since%20Donald%20Trump%20announced,agreed%20in%20Wales%20in%202014>

[3] **Cfettweis C:CST22(2)8576.DVI.** (2025). *Mackinder and Angell*. Recuperado em 3 de março

de 2025, de

<https://cfettweis.com/wp-content/uploads/Mackinder-and-Angell.pdf#:~:text=meant%20the%20beginning%20of%20an,Mackinder>

[4] **Diva-Portal.** (2025). *The geopolitics of territorial relativity. Poland seen by Rudolf Kjellén.*

Recuperado em 3 de março de 2025, de

<https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:1696547/FULLTEXT02#:~:text=,The%20state%20territory>

[5] **Geopolitical Monitor.** (2025). *The Russo-Ukrainian War and Mackinder's Heartland Thesis.*

Recuperado em 3 de março de 2025, de

<https://www.geopoliticalmonitor.com/the-ukraine-war-and-mackinders-heartland-thesis/#:~:text=n%201904%2C%20Sir%20Halford%20J,in%20adding%20a%20substantial%20oceanic>

[6] **Instituto Humanitas Unisinos.** (2025). *Trump obriga Zelensky a hipotecar a exploração de minerais críticos em troca do seu apoio.* Recuperado em 3 de março de 2025, de

<https://www.ihu.unisinos.br/648986-trump-obriga-zelensky-a-hipotecar-a-exploracao-de-minerais-criticos-em-troca-do-seu-apoio#:~:text=Essa%20troca%20inclui%20os%20cobi%C3%A7ados,s%C3%A3o%20praticamente%20inexploradas%20no%20pa%C3%ADs>

[7] **Politico.** (2025). *Trump's annexation fixation is no joke, Trudeau warns.* Recuperado em 3 de março de 2025, de

<https://www.politico.com/news/2025/02/07/canada-trudeau-trump-51-state-00203156#:~:text=TORONTO%20%E2%80%94%20Prime%20Minister%20Justin,Canada%20becoming%20the%20051st%20state%2C%E2%80%9D%20Trudeau%20said>

[8] **The Daily Beast.** (2025). *Top Trump Adviser Moves Goalpost for Ukraine to End War.*

Recuperado em 3 de março de 2025, de

<https://www.thedailybeast.com/top-trump-adviser-moves-goalpost-for-ukraine-to-end-war/#:~:text=LAND%20GRAB>

[9] **The Geostrata.** (2025). *Alfred Thayer Mahan and Supremacy of Naval Power.* Recuperado em 3 de março de 2025, de

<https://www.thegeostrata.com/post/alfred-thayer-mahan-and-supremacy-of-naval-power#:~:text=Alfred%20Thayer%20Mahan%20and%20Supremacy.control%20over%20maritime%20trade%20routes>

[10] **U.S. Department of State.** (2025). *Mahan's The Influence of Sea Power upon History: Securing International Markets in the 1890s.* Recuperado em 3 de março de 2025, de

<https://history.state.gov/milestones/1866-1898/mahan#:~:text=Mahan%20argued%20that%20British%20control,American%20politicians%20believed%20that%20these>

[11] **Britannica.** (2025a). *Friedrich Ratzel | Biogeography, Anthropogeography, Political*

Geography. Recuperado em 3 de março de 2025, de <https://www.britannica.com/biography/Friedrich-Ratzel#:~:text=webster,Swedish%20political%20scientist%20%2076>

[12] **Britannica**. (2025b). *Lebensraum*. Recuperado em 3 de março de 2025, de <https://www.britannica.com/topic/Lebensraum#:~:text=defined,The>

[13] **Britannica**. (2025c). *Rudolf Kjellén*. Recuperado em 3 de março de 2025, de <https://www.britannica.com/biography/Rudolf-Kjellen>

[14] **Wikipedia (ZH)**. (2025). *Rudolf Kjellén*. Recuperado em 3 de março de 2025, de https://zh.wikipedia.org/wiki/w:Rudolf_Kjell%C3%A9n#:~:text=Besides%20legalistic%2C%20states%20have%20organic,preservation.%20%5B%203

[15] **Wikipedia**. (2025). *Lebensraum*. Recuperado em 3 de março de 2025, de <https://en.wikipedia.org/wiki/Lebensraum#:~:text=The%20German%20geographer%20and%20ethnographer,into%20the%20Greater%20Germanic%20Reich>

[16] **YouTube**. (2025). *Trump says Ukraine 'unlikely to get all land back' or join NATO* [Vídeo]. Recuperado em 3 de março de 2025, de <https://www.youtube.com/watch?v=BmHzAVLhsXU#:~:text=Trump%20says%20Ukraine%20%207unlikely%20to,for%20it%20to%20join%20NATO>

[17] **U.S. Naval Institute**. (2025) Operation World Peace. Recuperado em 3 de março de 2025, de <https://www.usni.org/magazines/proceedings/1955/june/operation-world-peace#:~:text=%E2%80%9CThe%20Mahan%20doctrine%2C%E2%80%9D%20according%20to,the%20word%20%E2%80%9Cairships%E2%80%9D%20is%20more>

[18] **Emissary**. (2024) Trump's Greenland and Panama Canal Threats Are a Throwback to an Old, Misguided Foreign Policy. Recuperado em 3 de março de 2025, de <https://carnegieendowment.org/emissary/2025/01/trump-greenland-panama-canal-monroe-doctrine-policy?lang=en>

[19] **A Referência**. Acordo EUA-Ucrânia está praticamente fechado, mas analistas se dividem sobre quem sairá ganhando. Recuperado em 3 de março de 2025, de <https://areferencia.com/europa/acordo-eua-ucrania-esta-praticamente-fechado-mas-analistas-se-dividem-sobre-quem-saira-ganhando/#:~:text=EUA%20%20e%20%2017,o%20acordo%20a%20seu%20favor>

[20] **Wikipedia**. (2025) Geopolitik. Recuperado em 3 de março de 2025, de <https://en.wikipedia.org/wiki/Geopolitik#:~:text=Rudolph%20Kjell%C3%A9n%20was%20Ratzel>

[%27s%20Swedish,Kjell%C3%A9n%27s%20State](#)